

Políticas públicas e gestão dos programas de acolhimento na UNILAB

Natalina de Jesus Sanches Monteiro¹

Carlos Subuhana²

Resumo: Durante a realização do projeto, o Programa de Acolhimento e Integração de Estudantes Estrangeiros (PAIE), assim como a sua implementação, receberão uma atenção especial. A Resolução nº 28, de 19/11/2014 – CONSUNI/UNILAB, prevê que o acompanhamento do estudante estrangeiro será iniciado logo após a sua confirmação de interesse de matrícula e será encerrado ao final de três meses da sua chegada ao Brasil. Neste sentido o objetivo da pesquisa consiste em analisar as principais políticas públicas vinculadas aos programas de acolhimento da UNILAB, percebendo assim, os seus impactos do ponto de vista financeiro, social, entre outros, e verificar como foi o acompanhamento do estudante recém ingresso desde o país de origem. Desta forma os métodos qualitativos e quantitativos se farão presentes durante a pesquisa. Também será feito um levantamento bibliográfico sobre experiências de acolhida de estudantes em outras instituições de ensino superior a partir da análise de artigos em revistas científicas especializadas, periódicos, bancos de dissertações e teses de várias instituições de ensino e pesquisa. Todavia, a realização de um questionário semiaberto com os interlocutores da pesquisa bem como a pesquisa de campo nas cidades, pousadas, e lugares onde os alunos ficaram recepcionados, também fazem parte dos métodos utilizados. Dentre os programas instituídos, o PAIE apresentou melhores resultados. Os programas de acolhimento da UNILAB têm-se apresentado como medidas de garantia do bem-estar dos estudantes estrangeiros recém-chegados permitindo que se sintam confortáveis e com as condições mínimas de sobrevivência até se estabilizarem economicamente e socialmente na sua nova cidade.

Palavras-chave: Gestão; Políticas Públicas; Acolhimento.

¹ Bacharelado em Administração Pública na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. E-mail: sheilaje20@hotmail.com

² Doutor em Serviço Social (PPGSS/ESS/UFRJ); Pós-doutor em Antropologia (DA/USP); Professor Adjunto (UNILAB). E-mail: subuhana@unilab.edu.br.

1. Introdução

O Programa de Acolhimento e Integração de Estudantes Estrangeiros (PAIE), bem como a sua implementação serão abordados de forma mais significativa durante a pesquisa, por ser o programa vigente. A Resolução nº 28, de 19/11/2014 – CONSUNI/UNILAB estabelece que o acompanhamento do estudante estrangeiro será iniciado logo após a sua confirmação de interesse de matrícula, ainda no seu país de origem, e será encerrado ao final de três meses da sua chegada ao Brasil. A pesquisa consiste na análise das principais políticas públicas vinculadas aos programas de acolhimento da UNILAB, percebendo assim, os seus impactos do ponto de vista financeiro, social, entre outros, e verificar como foi o acompanhamento do estudante recém ingresso desde o país de origem. A análise da aplicação financeira dos diferentes programas é um dos pontos principais da pesquisa. Considero o tema relevante porque é uma temática vinculada ao meu curso de graduação, sendo que é uma política pública instituída por poucas instituições de ensino superior aqui no Brasil, onde uma parte bem reduzida trabalha com a acolhida e o acompanhamento de estudantes estrangeiros recém-ingressos, que, no entanto, considera-se ser de extrema importância para a recepção, bem-estar e integração do estudante.

2. Contextualização teórica

As principais questões teóricas a serem tratados neste trabalho são: Gestão e políticas públicas. Outros temas como migração, acolhimento, integração, inclusão, entre outros, também serão abordados a partir das questões principais.

2.1 Gestão Pública

Para Lima (2006), “*gestão é a capacidade de fazer o que precisa ser feito*”. Em uma gestão pública não se pode esquecer a capacidade de se atentar e permanecer no posicionamento da organização planejada, para que assim, a missão possa ser cumprida. Lima (2006) acredita que uma boa organização na gestão pública está relacionada à uma alta capacidade de gestão, que por sua vez, relaciona-se com a “*melhor relação entre recurso, ação e resultado*”.

Neste sentido pode-se dizer que quanto maior for a necessidade de um planejamento eficiente, maior deverá ser a capacidade do gestor público para a gestão dos seus recursos, principalmente se os disponíveis forem escassos.

A proposta de uma gestão pública, segundo Lima (2006) se baseia na excelência de valores e de resultados. O ganho social é de extrema importância e alcança o topo em uma pirâmide de prioridade, pois “cria valor público para o cidadão”. Segundo o autor “a gestão pública é focada em resultados e orientada para o cidadão”. A melhoria da qualidade ofertada pelos serviços públicos também é de responsabilidade da gestão pública que deve sempre estar elencada para uma “devida contribuição à competitividade do país” (LIMA, 2006 p.8).

Segundo Nunes (2006), cabe à gestão a otimização do funcionamento das organizações através da tomada de decisões racionais e fundamentadas na recolha e tratamento de dados e informação relevante e, por essa via, contribuir para o seu desenvolvimento, para a satisfação dos interesses de todos os seus colaboradores e proprietários e para a satisfação de necessidades da sociedade em geral ou de um grupo em particular.

Considera-se o gestor alguém pertencente à organização e a quem compete a execução das tarefas confiadas à gestão, sendo assim torna-se agora mais fácil encontrar um conceito que o identifique.

Segundo o conceito clássico, desenvolvido por Henri Fayol, o gestor é definido pelas suas funções no interior da organização: é a pessoa a quem compete a interpretação dos objetivos propostos pela organização e atuar, através do planeamento, da organização, da liderança ou direção e do controlo, afim de atingir os referidos objetivos.

Daqui pode-se concluir que o gestor é alguém que desenvolve os planos estratégicos e operacionais, que julga mais eficazes para atingir os objetivos propostos, concebe as estruturas e estabelece as regras, políticas e procedimentos mais adequados aos planos desenvolvidos e, por fim, implementa e coordena a execução dos planos através de um determinado tipo de comando e de controlo. Nunes (2006).

2.2 Políticas públicas

Segundo Teixeira (2002, p.3), políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de

financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais. Como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia. Elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente. (TEIXEIRA, 2002).

Segundo Freitas e Ramires (2010, p.5), o objetivo das políticas públicas é compreender e solucionar determinados tipos de problemas enfrentados pela população de um dado espaço, cabendo ao setor público elaborar, planejar e executar tais políticas. Contudo, em muitos casos, elas não são planejadas e executadas de forma sistemática, pois os interesses das classes envolvidas são díspares. De forma geral, a noção de políticas públicas deve englobar não só os processos decisórios e os consequentes cursos dessa ação, como também a ausência de decisões e intervenções governamentais. Além disso, não se deve pressupor que as políticas públicas sejam dotadas de racionalidade e caracterizadas pela sequência de diagnósticos, planejamento, execução e avaliação. Esse padrão racional e sistemático serve apenas como um tipo-ideal do que como uma descrição das intervenções governamentais concretas nas diversas sociedades contemporâneas.

3. Metodologia

O material analisado foi coletado através de entrevistas com questões abertas e fechadas com os estudantes que foram beneficiados pelos diferentes programas de acolhimento de alunos estrangeiros, como também com servidores que fizeram parte destes programas.

A seleção dos entrevistados foi realizada tendo em conta a necessidade de comunicação e interação com alunos e servidores de cada uma das entradas desde o funcionamento da

UNILAB. As entrevistas ocorreram nas casas dos interlocutores, em festas, bem como em outros ambientes sociais.

Os métodos qualitativo e quantitativo - a observação direta e participante - se fizeram presentes durante a pesquisa. De acordo com Hannerz (1980), a observação urbana participante é um modo eficaz de coligir dados. Através da observação participante “é possível chegar a percepções de comportamento que as pessoas não verbalizam com facilidade e os dados que se obtêm podem se centrar melhor nas relações e em seu contexto do que em indivíduos abstratos” (Ibid., p. 343). Esses métodos nos permitiram escutar, observar e testemunhar o melhor possível o que já foi visto e ouvido dessa população universitária.

4. Migração

Nesta seção, pretende-se localizar as principais vertentes que orientam os pensadores, que tratam do tema migração, adotando para a realização do trabalho a que mais se enquadra com os objetivos do mesmo. Diante disso, iremos identificar os fatores que impulsionam a saída das pessoas de seus locais de origem e o que as atrai até outras regiões, como poderá ser observado. Seguindo, iremos expor algumas particularidades do processo migratório no Brasil.

4.1 Processo migratório: marco teórico conceitual

Percebe-se que a demografia, a população e outras particularidades de um determinado local ou região não são alterados apenas pela taxa de natalidade ou mortalidade. O processo migratório contribui grandemente para a modificação de um determinado lugar. A análise e discussão do processo migratório é realizado de diferentes formas pelos seus estudiosos, uma vez que cada um deles é influenciado e guiado por matrizes diferentes. Neste sentido, o tema migração pode ser explanado sob diferentes abordagens. A migração é tida como um fenômeno de diversas facetas, sendo que é possível considerar que o resultado das diversas formas do seu estudo nunca se apresentar de igual forma.

Dentre as vertentes utilizadas para explicar a migração, destacam-se: as vertentes Neoclássica e Marxista. Embora ambas relacionem o fenômeno da migração a questões econômicas, suas análises caminham em direção, digamos, opostas.

De acordo com a vertente neoclássica, entende-se que os processos migratórios não têm apenas manifestações demográficas, mas também econômicas, que envolvem mudanças espaciais de trabalhadores no espaço geográfico, porém desconsidera as dimensões históricas da migração. Para os neoclássicos, as migrações são resultadas de precipitações dos indivíduos, que promovem seu deslocamento de determinado local visando melhores condições de vida e junto a isso melhor remuneração. Como explica Mito (2008, p.21): A corrente neoclássica sustenta que a migração é consequência de uma decisão individual, que ocorre a partir de uma análise custo/benefício, onde o migrante escolhe, por partir de um lugar se o local de destino apresentar um diferencial de salário/renda positivo, ou seja, se esse deslocamento aumentar seu bem-estar.

Para a vertente marxista, os processos migratórios são consequências de um processo social, em que grupos sociais deslocam-se em função de transformações estruturais. Singer (1998, p.52), um dos maiores expoentes desta vertente afirma que: [...] a migração interna é um processo social, deve-se supor que ele tenha causas estruturais que impelem determinados grupos a se pôr em movimento. Estas causas são quase sempre de fundo econômico – deslocamento de atividades no espaço crescimento diferencial da atividade em lugares distintos e assim por diante – e atingem os grupos que compõem a estrutura social do lugar de origem de um modo diferenciado. Conforme a análise marxista, tendo o trabalho de Paul Singer como referência, o processo migratório deriva especialmente das desigualdades regionais, sustentando que o processo migratório acontece em decorrência de fatores de expulsão, e que os fatores de atração orientam estes determinados fluxos. No contexto da sociedade brasileira, marcada notoriamente pelas desigualdades regionais, o processo migratório se expressa através da dinâmica estabelecida entre fatores de expulsão e fatores de atração que orientam o fluxo migratório.

5. Acolhimento

Diferentes estudos têm evidenciado o impacto das instituições universitárias no desenvolvimento psicossocial, no rendimento acadêmico e na adaptação à universidade dos estudantes (Ferreira, Almeida, & Soares, 2001; Taveira, 2002). No entanto, entende-se que a preocupação com o acolhimento e o acompanhamento aos alunos universitários

é ainda recente no que diz respeito a serviços de apoio e orientação no Brasil, especialmente em relação a alunos internacionais.

Acolher é receber bem, ouvir a demanda, buscar formas de compreender e solidarizar-se com a pessoa. Desenvolver maneiras adequadas e solidárias de receber pessoas que inicialmente não possuem total conhecimento do novo ambiente social, respeitando o momento existencial de cada um, sem abrir mão de colocar os limites necessários. (Silveira, 2004).

No contexto internacional, diversos pesquisadores têm se dedicado a investigar e compreender os fatores que afetam a adaptação de alunos estrangeiros ao contexto universitário, e têm escrito sobre o tema apontando potenciais dificuldades. Por exemplo, pesquisas demonstram que muitos estudantes podem experimentar choque cultural, dificuldade de adaptação com confusão sobre expectativas de papel no novo país, baixa integração social, alienação, dificuldade com atividades diárias, depressão, ansiedade e discriminação (Constantine, Anderson, Berkel, Caldwell, & Utsey, 2005; Constantine, Kindaichi e cols., 2005; Wang & Mallinckrodt, 2006; Wei e cols., 2007).

A perda abrupta do que é familiar, dos sinais e símbolos de interação social pode levar a uma sensação de isolamento e baixa autoestima. Essas consequências psicológicas negativas que podem estar associadas com a mudança a uma nova cultura são geralmente referidas na literatura como *estresse aculturativo* (Duru & Poyrazli, 2007; Wang & Mallinckrodt, 2006), sendo a *aculturação* entendida, no nível individual, como o processo através do qual o indivíduo vai se socializando na nova cultura e mudando seu repertório comportamental em virtude deste contato com o novo contexto (Berry, 2005).

Pela crescente preocupação das universidades em dar suporte a seus alunos, principalmente estrangeiros, desenvolveram programas e/ou criaram serviços para integração do estudante à vida acadêmica (Almeida e cols., 2002). No entanto, estes serviços ainda são subutilizados por estudantes internacionais, e algumas pesquisas indicam que estes alunos preferem buscar auxílio e conselhos com sua família ou amigos mais próximos, evitando buscar centros de aconselhamento pela preocupação com o estereótipo de auxílio psicológico, pela preocupação em não importunar os outros com seus problemas ou acreditando que o serviço pouco ou nada ajudaria a resolver os seus

problemas de adaptação (Andreatta, 1990; Constantine, Anderson e cols., 2005; Merta, Ponterotto, & Brown, 1992; Wei e cols., 2007).

5.1 Acolhimento pela UNILAB

A UNILAB trabalha com o acolhimento de estudantes desde a sua implantação. Os estudantes estrangeiros da UNILAB são recepcionados, a cada entrada, no Aeroporto Internacional Pinto Martins em Fortaleza e no *Aeroporto* Internacional de Salvador Deputado Luís Eduardo Magalhães na Bahia por pelo menos um profissional desta Instituição de ensino e pelos tutores do programa de acolhimento de estudantes estrangeiros. Os estudantes dos campus da Liberdade e dos Palmares são acompanhados até a cidade de Redenção onde os campus da universidade se encontram localizadas.

A universidade já instituiu diversos tipos de acolhimento pelos quais os alunos foram acolhidos. Dentre eles temos a recepção e estadia em hotéis, pousadas, casas de estudantes veteranos, entre outros, durante os primeiros meses de adaptação dos alunos novatos. Os novos estudantes estrangeiros que chegaram para estudar na UNILAB têm a oportunidade de vivenciar o primeiro dia numa universidade que tem como características diferenciadas a interiorização e internacionalização do Ensino Superior no Brasil, uma vez que congrega alunos das Comunidades dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e de outras cidades do Brasil.

Para dar boas-vindas aos calouros e, ao mesmo tempo, apresentar o funcionamento da estrutura acadêmica, organiza-se um Seminário de Ambientação Acadêmica (Samba), que tem por objetivo propiciar momentos de informação e integração entre os estudantes das diferentes nacionalidades. Atualmente, a UNILAB recebe estudantes de Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Timor Leste e Brasil. Outro momento importante e também muito esperado pelos estudantes é a palestra sobre “Políticas estudantis e o Programa de Assistência ao Estudante (Paes)”, ministrada pelos assistentes sociais da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (Propae). Desta forma, os presentes podem conhecer de perto os objetivos e as ações desenvolvidas pelo Paes, como as regras normativas, a forma de inscrição e a documentação necessária, assim como suas modalidades de auxílio que incluem: auxílio moradia, auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio instalação e auxílio emergencial. Já nos próximos dias ocorrem

os círculos de chegadas e boas-vindas, com as psicólogas da universidade, e a oficina de Orientação Profissional. São debatidas políticas, programas, ações afirmativas e de assistência estudantil.

6. Interculturalidade e Integração

Segundo Romero (2003), o pluralismo cultural "conota, em primeiro lugar, a presença, a coexistência ou simultaneidade de populações com diferentes culturas em uma determinada área ou espaço territorial e social, seja uma área civilizacional, uma entidade supranacional, um Estado-nação, uma nação sem um Estado, de uma região, um município, de uma escola da comunidade local. Mas o "pluralismo cultural" também é compreendido, como mencionado acima, uma certa concepção da diversidade cultural e uma proposta específica sobre a forma legislativa, institucional, etc., que deve ser abordada na prática.

6.1 O ingresso no ensino superior

Os desafios que os jovens enfrentam ao ingressar no ensino superior incluem temas acadêmicos, institucionais, de relacionamentos sociais, e do seu desenvolvimento psicossocial e vocacional. No domínio acadêmico/institucional, as exigências cognitivas, de organização e de compromisso com os estudos e com a própria aprendizagem serão mais elevadas. No âmbito social, será chamado a estabelecer relacionamentos interpessoais mais maduros com colegas e professores, e deverá adquirir novas competências e estratégias de tolerância às diferenças e de relações com autoridade. Em termos do seu desenvolvimento pessoal, um sentido de identidade mais cristalizado e um código de valores mais organizado serão necessários. Por fim, a autonomia, o comportamento de exploração de carreira, tomadas de decisão e comprometimento com metas serão atitudes e competências fundamentais para lidar com as tarefas do seu desenvolvimento psicossocial e vocacional (Almeida & Soares, 2003; Bardagi, Lassance, & Paradiso, 2003; Chickering & Reisser, 1993; Machado, Almeida, & Soares, 2002).

Diante dos desafios acima descritos, sabe-se que o primeiro ano da vida universitária é um período crítico para processos de permanência/evasão escolar.

Os indivíduos entram na universidade com uma variedade de atributos e características (sexo, etnia, habilidades específicas), experiências pré-universitárias (desempenho acadêmico anterior, talentos acadêmico e social) e *background* familiar (atributos de *status* social, renda, valores e expectativas). Estes antecedentes influenciam no desenvolvimento de expectativas e comprometerimentos educacionais que o indivíduo traz para o ambiente universitário, que podem ser divididos em comprometimento com metas educacionais, mais especificamente a meta de graduação universitária, e comprometimento com a instituição particular em que se matriculou. Estes comprometerimentos são afetados majoritariamente e continuamente pelo grau de integração acadêmica e social do estudante no ambiente universitário. Portanto, o processo de evasão deve ser visto como longitudinal, de interação entre o indivíduo e os sistemas acadêmico e social na instituição. Durante esta interação, as experiências do estudante modificam seus comprometerimentos iniciais com a instituição e com o objetivo de graduar-se, de forma a levá-lo a permanecer ou optar por evadir (TINTO, 1993, 2003, 2005).

A integração social refere-se à percepção do estudante sobre o grau de sua congruência pessoal com as atitudes, valores, crenças e normas da comunidade universitária, bem como ao seu grau de afiliação social. Esta integração pode ocorrer em diferentes níveis, tais como a subcultura de um curso particular ou a universidade como um todo. Acredita-se que o grau percebido de integração social modifique o comprometimento inicial do estudante com a instituição (TINTO, 1993, 2003, 2005).

6.2 Inclusão social e educacional

Inclusão social é o conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pelas diferenças de classe social, educação, idade, deficiência, gênero, preconceitos sociais ou raciais. Inclusão social é oferecer oportunidades iguais de acesso a bens e serviços a todos. (ROCHA, 2014).

Segundo Aranha (2000, pág.2), o processo de inclusão é um tema bastante complexo, “trata-se da garantia de acesso de todos a todas as oportunidades sejam quais forem as peculiaridades de cada indivíduo ou grupo social.” Ao pensarmos na inclusão educacional como um direito humano, entendemos que este processo vai além da matrícula do aluno. É necessário que este aluno se mantenha na escola e que esta garanta sua real inserção

na comunidade educacional em que está inserido. Neste sentido, a comunicação nos parece ter papel fundamental – não único - neste processo e que, portanto, precisa ocorrer de maneira tal que as partes envolvidas tenham condições mínimas de entendimento recíproco.

Em virtude de uma série de fatores externos, a exemplo do tempo de chegada ao Brasil, o idioma utilizado dentro de casa, os esforços individuais etc, os alunos imigrantes apresentam diferentes níveis de competência no uso da Língua Portuguesa. É certo que quanto melhor esta competência, melhor sua possibilidade de inserção nas relações sociais, portanto, um esforço extra se faz necessário para a conquista desta fluência idiomática. Dentro do ambiente escolar, apesar dos diferentes níveis de fluência dos imigrantes no uso da Língua Portuguesa, a comunicação é possível, contudo, para que estes se sintam efetivamente parte do grupo, é essencial que seus parceiros de comunicação: colegas brasileiros, professores e dirigentes, identifiquem e entendam esta limitação, realizando também esforços pessoais no sentido de facilitar esta comunicação. Neste sentido, o processo de inclusão no ambiente estudantil só nos parece possível quando há vontade daquele que quer ser incluído e colaboração daqueles que incluem. (ARANHA, 2000).

Se de um lado os alunos estrangeiros e brasileiros necessitam criar meios que facilitam a integração, deixando de lado sentimentos de timidez e preconceito, buscando maior proximidade, professores, coordenadores e diretores, no papel de dirigentes escolares, precisam estar atentos a este novo cenário de diversidade étnica na sala de aula, usando métodos e técnicas que facilitem a comunicação e a integração.

7. Resultados e Discussões

Segundo as pesquisas feitas a UNILAB já implementou alguns programas de acolhimento antes do vigente. Anteriormente existia o programa de acolhimento hospedagem solidária em que os alunos recém-chegados ficavam hospedados em casas de estudantes veteranos que os recebiam durante o período inicial. Para isso esses estudantes veteranos recebiam uma quantia de 400 reais para ajudar nas despesas e custear a estadia dos estudantes calouros em suas casas. No entanto este programa não deu muito certo porque houve desentendimentos no que diz respeito à aplicação do dinheiro recebido pelos estudantes

veteranos, que segundo alguns calouros não eram utilizados da melhor forma. O programa hospedagem solidária foi o programa com menores dispêndios de recursos financeiros, no entanto, trouxe alguns aspectos negativos que levaram à sua desvinculação. Após algum tempo de sua implementação, o programa foi suspenso por apresentar falhas. Após a desvinculação deste programa houve um período em que não existia um programa de acolhimento na UNILAB. No entanto, os alunos não ficavam desamparados, o acolhimento era realizado através de algumas estratégias pessoais vinculadas à UNILAB realizadas pelo professor Dr. Carlos Subuhana que até então é o coordenador da Pro reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (PROPAAE) da UNILAB. Foram desenvolvidas parcerias com hotéis e pousadas em outras cidades como Baturité e Pacoti, onde os alunos ficavam por um tempo hospedados.

Após esse período foi criado e implementado o programa de acolhimento e integração de estudantes estrangeiros (PAIE), que é até então o atual programa vigente. O Programa de Acolhimento e Integração de Estudantes Estrangeiros (PAIE) é responsável pelo processo de acolhida dos estudantes estrangeiros e é realizada através de uma ação conjunta entre as Pró-Reitorias acadêmicas da instituição, tendo à frente a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (PROPAAE). O PAIE foi criado a partir da Resolução Nº 28, de 18 de novembro de 2014, em que o estudante é acompanhado, orientado e apoiado no que diz respeito a sua integração à vida acadêmica, acomodação, regularização junto aos órgãos competentes, registros acadêmicos, procedimentos de saúde e inserção no Programa de Assistência Estudantil (PAES). Inicia-se logo após a sua confirmação de interesse de matrícula, ainda no seu país de origem, através de meios virtuais e redes sociais.

A Comissão Coordenadora do PAIE seleciona tutores, que são estudantes regularmente matriculados na UNILAB. Uma vez selecionados, os tutores são treinados para desenvolverem atividades de acompanhamento aos seus tutorandos, visando a permanência, a adaptação, a integração e o pleno desempenho acadêmico do estudante estrangeiro recém-ingresso.

Após a sua chegada na UNILAB, o estudante fica hospedado em hotel e/ou pousada e é acompanhado por aproximadamente três meses. Nesse período são realizadas reuniões sistemáticas para o monitoramento dos procedimentos, o que oportuniza correções e

aperfeiçoamento do processo seletivo de estudantes estrangeiros nessa instituição acadêmica de alto nível acadêmico.

Constatou-se que um dos aspectos que precisa ser melhorado no PAIE é a questão da comunicação entre os tutores e os estudantes ainda no país de origem, o que certas vezes é muito difícil. Essa melhoria poderia ser proporcionada pela própria embaixada do Brasil nos países de origem dos estudantes, onde esta poderia guardar os contatos dos alunos e repassar para os servidores da UNILAB, facilitando assim a comunicação. O PAIE é até então o programa com maior dispêndio de recursos, mas também aquele que apresentou melhores resultados.

8. Conclusão

Foi possível constatar que os programas de acolhimento anteriores obtiveram falhas e por isso deixaram de ser instituídas. O atual Programa de acolhimento de estudantes estrangeiros (PAIE) é o que até agora apresentou melhores resultados e é avaliado positivamente. Os programas de acolhimento pela UNILAB têm-se apresentado como medidas de garantia do bem-estar dos estudantes estrangeiros recém-chegados permitindo que se sintam confortáveis e com as condições mínimas de sobrevivência até se estabilizarem economicamente e socialmente na sua nova cidade. A implementação do PAIE trouxe melhorias significativas na questão da acolhida e recepção dos calouros na UNILAB, uma vez que pelos outros programas os alunos ficavam em outras cidades o que tornava bastante cansativo a locomoção diária dos estudantes para a universidade, sem esquecer dos custos com o transporte. Com o PAIE, os estudantes ficam hospedados na pousada Maracanãs na cidade de redenção o que facilita o acesso dos mesmos à universidade e a outras instituições da cidade. A implementação do PAIE veio trazer melhorias nos aspectos que não eram tão bons em outros programas, e veio facilitar enormemente a adaptação e o acomodamento dos estudantes calouros na UNILAB e na sua nova realidade.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. Inclusão social e municipalização. In: MANZINI, E.J. (Org.) **Educação Especial temas atuais**. Marília, SP: Marília Publicações, 2000

FREITAS, Oracilda Aparecida de; LIMA RAMIRES, Júlio Cesar de. Jovens infratores e políticas públicas: Reflexões acerca do Centro Socioeducativo de Uberlândia. **Revista Eletrônica de Geografia**, v.2, n.5, p.02-20, nov. 2010.

LIMA, Paulo Daniel Barreto. Excelência em Gestão Pública. Recife: **Fórum Nacional de Qualidade**, 2006

SCHMITZ, Alice. **A migração como expressão da questão social**: um estudo a partir da população atendida no núcleo de apoio à família - rodoviário (naf-r). 2009. 91 f. Trabalho de conclusão de curso. Departamento de serviço social. Universidade federal de santa catarina, Florianópolis, 2009.

SILVA, Flaviane Aparecida da. **Um estudo sobre a inclusão educacional de imigrantes bolivianos na rede pública de ensino na cidade de São Paulo**. Arcos, 2010. Disponível em: <<http://www.arcos.org.br/artigos/um-estudo-sobre-a-inclusao-educacional-de-imigrantes-bolivianos-na-rede-publica-de-ensino-na-cidade-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia, 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>.